

DF- Cinema

EMBORA A SECRETARIA DE CULTURA NEGUE, PRODUTORES DO DISTRITO FEDERAL RECEIAM A INTERRUÇÃO DO PAGAMENTO DE RECURSOS DO PÓLO DE CINEMA E VÍDEO



ESTADO DE ALERTA

DA REDAÇÃO

Um receio toma conta de parte da classe cinematográfica de Brasília. Informações extra-oficiais têm circulado nos bastidores da produção audiovisual da cidade, alimentando o discurso de que a Secretaria de Cultura não teria dinheiro em caixa para pagar a metade dos recursos do edital do Pólo de Cinema e Vídeo Grande Otelo para os diretores contemplados com a seleção de 2004, em vigor em 2005.

A ata de reunião da Comissão Oficial de Avaliação e Julgamento data de 9 de maio de 2005. Dos R\$ 600 mil destinados a curtas e R\$ 500 mil para finalização longas-metragens, apenas a metade foi paga. O restante não só não chegou aos beneficiados, como eles não receberam justificativa nem documentação oficial sobre datas de recebimento. "Eles deram R\$ 550 mil para oito projetos, entre longas e curtas. Não sabemos quais foram os critérios escolhidos para pagar a alguns antes e não a outros. Soubemos extra-oficialmente que não existe fundo para esse fim e que depende de reserva da Fazenda. A gente sabe que cada secretaria tem que lutar por sua pasta. E o secretário de Cultura, Pedro Bório, tem que se impor. Nossa preocupação é se ele vai honrar com o edital deste ano e se os de 2006 serão prejudicados", aponta o produtor de cinema Rojer Madruga, que não teve filmes selecionados no edital, mas se diz indignado com a situação dos colegas.

O diretor William Alves, vice-presidente da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo (ABCV), está nessa situação. Foi contemplado com apoio financeiro para o documentá-

rio em curta-metragem *Um dia de "lota"*, mas até hoje não foi chamado para assinar o contrato nem recebeu satisfações da secretaria. "Liguei para a contabilidade da secretaria e disseram que o dinheiro está empenhado. Ainda não entendi direito o que aconteceu. Nas reuniões de produtores e cineastas, soube que tinham esse dinheiro e que o destinaram para outra área", suspeita.

Segundo o secretário de Cultura, Pedro Bório, esse não é um problema somente do edital do Pólo de Cinema. "Outras áreas do orçamento do Governo do Distrito Federal também sofreram contenções. Mas não é verdade que, se o ano virar, o edital não fica mais válido. O pagamento pode ser estendido. Tenho absoluta convicção de que esse compromisso será honrado, quando for liberado pela área de Fazenda. Se não for cumprido agora, acredito que no próximo ano deva ser, até porque a receita do primeiro semestre é maior", acredita.

Para a produtora Andréa Glória, o caso é ainda mais grave. "Ganhei financiamento de finalização e lançamento do longa *Dom Helder - O santo rebelde*. Já fiz trêiler de lançamento e investi na distribuição. Isso é que me preocupa. Como é que o secretário vai cumprir? Que garantia a gente tem, se eles não nos dão nenhum documento? Me sinto enganada, pois estou trabalhando, trazendo resultados para a cidade, e eles não estão nem aí. É fácil passar a imagem de que não está aconte-

cendo nada. O que se fala nos bastidores é que esse dinheiro não existe. A gente não precisa dessa cultura burocratizada, dizer que tem edital e não fazer nada", desabafa.

Atraso

Mas as preocupações não param por aí. Por causa do atraso no pagamento, os cineastas temem que o edital de 2006 atrase ou que nem saia, prejudicando a produção local. "O que aconteceu com o edital do ano que vem que ainda não foi lançado? Tem que lançar agora, para sair no orçamento de 2005 que vai ser utilizado em 2006", preocupa-se William Alves. Pedro Bório discorda. Diz que o valor de R\$ 1,1 milhão destinado ao edital já está na lista do orçamento, mas que é preciso ele ser aprovado para a publicação oficial do valor.

"Isso tudo deixa uma frustração na gente. Brasília é o terceiro pólo de cinema do Brasil. Não é hora de cortar incentivo, mas de investir. Nosso receio é que a produção seja prejudicada. A cidade só está nesse patamar por causa das produções de curta, que os próprios diretores bancam, com a venda de seus bens. Com o longa não dá para fazer isso. É muito caro. Desde 1997, não há edital para financiamento de longas, só para a finalização deles", denuncia Madruga.

Para os que receberam, o clima também não está dos melhores. "Fico numa posição ruim, porque as pessoas acham que a gente foi privilegiado. Não sei qual foi o critério para me pagarem", informa o diretor Santiago Dellape, que recebeu R\$ 35 mil pelo curta *Bem vigiado*. O argumento da secretaria é que os primeiros a receber são os que estavam com a documentação pronta. "Não tem isso. A minha documentação está toda em dia desde o começo. Como é que eu poderia participar de uma licitação sem ter os documentos necessários?", indaga Andréa Glória.

Para os profissionais, a situação precisa ser esclarecida. A falta de informações é a princi-

pal reclamação. "A cultura não pode mais ser vista como algo exótico. O mercado cultural gera empregos, ajuda na formação da identidade local e atrai investimento privado. O governo a vê apenas como realização de eventos. Não é. Se o governo deixa de investir, as coisas deixam de acontecer", teoriza Alves.

ESPAÇO ABANDONADO

O Pólo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal começou a ser organizado em 1991, depois que o governador Joaquim Roriz nomeou um grupo de trabalho para articular sua implementação. Dois anos depois, a instituição, ligada à Secretaria de Cultura, foi inaugurada na chamada Cidade Cenográfica, em Sobradinho II, visando estimular a produção cinematográfica regional, por meio de editais de financiamento e oferta de cursos de formação. O espaço hoje está subutilizado. Há vários buracos. A infra-estrutura está defasada. A produção no local reduziu-se. "O governo lançou esse pólo, mas, em parte, o abandonou. O Estado tem que ter papel proativo", defende William Alves. O secretário Pedro Bório discorda. Diz que o espaço mantém atividade plena. Nem ele nem o diretor do Pólo de Cinema e Vídeo, Fernando Adolfo, conseguiram passar à equipe Correio números das produções filmadas nos últimos anos nem dos cursos oferecidos no local. "Para filmar lá dentro, é preciso que o roteiro se adapte a um estúdio", argumenta o Adolfo. Não precisa ser expert em cinema para ver, numa visita rápida, que o espaço está relativamente abandonado pelo governo.